



Senado confirma fim de sigilo nos empréstimos do BNDES



Waldemir Barreto/Agência Senado

Durante a sessão deliberativa, senadores discutem em Plenário pontos polêmicos do projeto, que agora segue para sanção

Projeto aprovado ontem, derivado de medida provisória, autoriza crédito de R\$ 30 bilhões da União para o banco e cria condições de refinanciamento para caminhoneiros

Segue para sanção texto que proíbe sigilo nas operações do BNDES, inclusive no exterior. A falta de informações tem sido alvo de parlamentares, que criticam contratos “secretos”. O relator do projeto, Blairo Maggi, disse que agora cabe à

presidente Dilma decidir se veta ou não o fim do sigilo.

O projeto ainda autoriza concessão de crédito de R\$ 30 bilhões para o BNDES, facilita o refinanciamento de dívidas de caminhoneiros e aumenta de 30% para 40% do salário o limite para endividamento do trabalhador. **3**

Gestão estadual do SUS poderá organizar oferta de leitos **4**

Em pauta, emprego e agenda progressista

Comissão encarregada de analisar a MP do seguro-desemprego aprovou relatório que fez ajustes na proposta original do governo. Também ontem, frente que combate a chamada agenda conservadora reuniu-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros. **5**



Jane de Araújo/Agência Senado

Renan (D) fala em encontro com frente progressista: parlamentares rejeitam projetos como terceirização da atividade-fim

Debate aponta violência policial em Salvador **6**

Cota em universidade deve beneficiar deficientes **7**

Sabatina de Fachin para vaga no STF pode ser semana que vem **2**

Vai à sanção projeto que atribui à PF investigação de roubo a banco **3**

Estudantes pedem que MEC tenha calendário para pagar auxílio **7**

Ministro diz faltar verba para obras de infraestrutura

Antonio Carlos Rodrigues, dos Transportes, afirmou que ajuste fiscal, atraso no Orçamento e consequências da Lava-Jato afetaram a pasta. **8**



André Cortês/Agência Senado

“Não posso esconder o que acontece”, diz Rodrigues, ao lado de Garibaldi Alves



Portal e-Cidadania

É fácil navegar



O Portal e-Cidadania é um espaço virtual criado para estimular e possibilitar uma participação mais direta e efetiva dos cidadãos no processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/ecidadania

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL





Alvaro Dias (ao microfone) defendeu a indicação de Fachin, que será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça

Sabatina de Fachin pode ocorrer na próxima semana

Nome do jurista foi indicado pela presidente Dilma para ocupar vaga deixada pela aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa. Senadores pediram vista coletiva do relatório elaborado por Alvaro Dias

O RELATÓRIO DE Alvaro Dias (PSDB-PR) sobre a indicação do jurista Luiz Edson Fachin para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) foi lido ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), concedeu vista coletiva ao texto e poderá convocar a sabatina do indicado a partir de quinta-feira, cinco dias úteis após a leitura do relatório, conforme o Regimento Interno.

No relatório, Alvaro Dias frisou que a indicação tem o respaldo de comunidades jurídicas e citou o apoio de juristas, advogados, magistrados, docentes e associações de classe na área do direito.

— Trata-se de um cidadão de sólidas convicções democráticas e humanistas e sua biografia revela uma vida associada aos sonhos de sua geração, que lutou por um Brasil democrático e justo — disse.

Assim que Alvaro concluiu a leitura do relatório, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) questionou o fato de o indicado ter exercido advocacia privada após ter tomado posse como procurador do Paraná, o que contrariaria lei estadual.

Em resposta, o relator argumentou que Fachin tomou posse no cargo de procurador meses antes da entrada em vigor da Constituição estadual de 1989, não estando, portanto, sujeito à proibição de advogar. O senador José Pimentel (PT-

CE) disse haver decisão do STF pacificando a questão.

Foi rejeitado requerimento do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) propondo a realização de audiência pública com procuradores do Paraná para esclarecer o assunto.

Biografia

Gaúcho de Rondonia, Luiz Fachin estudou e fez carreira profissional no Paraná. É casado, tem duas filhas e dois netos. É formado em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e concluiu cursos de mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo ainda feito pesquisas de pós-doutorado no Canadá.

Silva Prado é patrono do Material Bélico da Aeronáutica

O Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 80/2014, que declara o tenente-coronel Jorge da Silva Prado patrono do Material Bélico da Aeronáutica.

De acordo como o Ministério da Defesa, o militar contribuiu de forma significativa para aquisição, manutenção, distribuição e desenvolvimento de equipamentos bélicos, atividades que tornaram a

Força Aérea Brasileira (FAB) mais preparada. Prado foi especialista em armamento, veterano da 2ª Guerra Mundial e dedicou toda a sua carreira à área de material bélico.

No parecer, o ex-senador Cyro Miranda, relator da matéria na Comissão de Educação (CE), destacou as inúmeras qualificações do tenente-coronel e considerou justa e meritória a homenagem.



Tenente-coronel Jorge da Silva Prado era especialista em armamentos

Prêmio José Ermírio de Moraes divulga agraciados

Foram escolhidos ontem os nomes dos agraciados em 2015 com o Diploma José Ermírio de Moraes. Esta é a sexta edição do prêmio com que o Senado homenageia empresários e empresas notáveis do Brasil.

Foram selecionados este ano os empresários Albano do Prado Pimentel Franco, Carlos Alberto Sicupira, Nevaldo Rocha, Armando de Queirós Monteiro Filho e João Evangelista Costa Tenório.

Além deles, receberá a homenagem, in memoriam, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, filho de José Ermírio de Moraes, que dá nome ao diploma. Antônio Ermírio morreu em agosto de 2014.

CMO adia decisão sobre número de relatores

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) cancelou reunião de ontem que definiria os relatores setoriais do Orçamento de 2016. Foi o segundo cancelamento da reunião esta semana.

No dia 15, a presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), apresentou proposta que pode duplicar o número de relatores setoriais que auxiliam o relator-geral a analisar o texto encaminhado pelo Executivo. Hoje são dez as relatorias setoriais (quatro senadores e seis deputados).

Ao desmembrar as relatorias, segundo Rose, haveria um ganho no debate. A divisão obrigaria a CMO a se debruçar sobre o orçamento de cada ministério. Não há nova data para a reunião.

Pinheiro pede acordo com Câmara em torno da dívida dos estados

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu entendimento com a Câmara sobre o projeto que aplica os novos indexadores das dívidas dos estados e municípios (PLC 15/2015 — Complementar). O texto foi aprovado com modificações e voltará à Câmara.

— A harmonia com a Câmara é importante para que ela perceba que a introdução que fizemos só serve para ajudar os estados. Tratar só o indexador da dívida é muito pouco, não resolve o problema — disse.

A aplicação do novo indexador ficou para janeiro de 2016.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Valadares sugere ajuste fiscal com taxa de grandes fortunas

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu ao governo que faça um ajuste fiscal taxando as grandes fortunas. Segundo ele, a medida representaria para o país R\$ 10 bilhões e não seria necessário mexer em direitos dos trabalhadores. Ele criticou medidas do ajuste e lembrou, que nos últimos dez anos, 30 milhões de pessoas passaram a contribuir para a Previdência.

— Com tanta gente a mais contribuindo, por que o trabalhador tem que ser penalizado com cortes e perdas de benefício? — questionou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Flexa Ribeiro cobra investimentos para expansão da agricultura no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a expansão da agricultura no Pará a partir da utilização de 24 milhões de hectares de áreas abandonadas ou já usadas pela pecuária.

Na terça, o senador, a bancada federal do Pará e lideranças locais reuniram-se com o ministro dos

Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, a quem denunciaram o estado de abandono da BR-158 — por onde é escoada boa parte da soja produzida no Pará e em Mato Grosso. Eles também cobraram a conclusão de investimentos de infraestrutura.



Marcos Oliveira/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Segurança pública

11h30 Na pauta da sessão extraordinária, a PEC que amplia os entes federativos responsáveis pela segurança pública.

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

11h O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa de reunião de Mesa. Às 11h30, preside a sessão plenária extraordinária.

CRA Agrotóxico natural

8h Na pauta, votação suplementar do projeto que cria a política de apoio ao agrotóxico natural e da proposta que institui o seguro-cheia para agricultores que enfrentam inundação.

CDH Violência

9h Audiência interativa para debater relatório da Anistia Internacional sobre violência policial, abortos e impunidade no país.

CPI DO HSBC Diretor da PF

10h A CPI do HSBC faz oitiva do diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello.

CRE Revalidação de diplomas

10h Na pauta, projeto que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras e proposta que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão.

MP 668/2015 PIS sobre importação

10h A comissão responsável pela MP 668/2015, que aumenta alíquotas do PIS e da Cofins sobre a importação, se reúne para analisar o relatório.

CPI DAS PRÓTESES Saúde suplementar

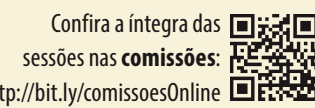
10h15 Audiência com a diretora-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar e representante da Anvisa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Todos os financiamentos do BNDES terão dados abertos

Texto também autoriza a União a conceder crédito de R\$ 30 bilhões ao banco e trata de outros assuntos, como condições para refinarar dívidas de caminhoneiros e maior endividamento do trabalhador

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto de lei de conversão, originário da Medida Provisória (MP) 661/2014, que autoriza a União a conceder crédito de R\$ 30 bilhões ao BNDES. O texto (PLV 2/2015), que vai à sanção, proíbe a instituição de se recusar a fornecer informações sobre operações de empréstimo com base em sigilo contratual, inclusive financiamentos para obras no exterior.

Essa mudança, incluída por emenda da Câmara em Plenário, contrariou posição do governo. A falta de informações sobre operações do banco tem sido alvo de críticas da oposição, que chegou a tentar instaurar no Senado uma CPI para investigar contratos ditos secretos e financiamentos considerados suspeitos.

— Não podemos admitir que recursos públicos a taxas privilegiadas sejam oferecidos a outras nações sob o manto do sigilo — defendeu Alvaro Dias (PSDB-PR), líder do Bloco de Oposição.

Embora considere importante a quebra do sigilo, Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que esse instituto é regulado por lei complementar, não podendo ser modificado por MP. Nesse caso haveria, a seu ver, “indícios” de inconstitucionalidade.

Depois da sessão, presidida



Senadores negociam, durante sessão, texto final do projeto de conversão

por Jorge Viana (PT-AC), o relator, Blairo Maggi (PR-MT), disse que a opção foi manter o texto da Câmara sobre o fim do sigilo para o BNDES e deixar que a presidente decida o veto.

Caminhoneiros

O relator na comissão mista, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), incluiu na MP a possibilidade de os caminhoneiros refinanciarem dívidas contraídas na compra de caminhões. A medida, intermediada por parlamentares das duas Casas, foi obtida por acordo com o governo para que a categoria encerrasse em março bloqueios de estradas, que se repetiram na semana passada.

Poderão refinarar suas dívidas, com os juros do contrato original, os caminhoneiros autônomos e as empresas de

transporte de carga, as arrendadoras e as associações do setor com receita bruta anual de até R\$ 2,4 milhões. O subsídio vale para as 12 primeiras parcelas a vencer. Acima dessa faixa haverá parcelamento, mas com taxas não subsidiadas. O pedido poderá ser feito até 31 de dezembro de 2015 para contratos fechados até 31 de dezembro de 2014.

Outro item — o aumento do limite de endividamento para desconto em folha, de 30% para 40% da renda — poderá ser vetado, adiantou o líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), diante das críticas de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao texto. O acréscimo servirá para pagar, inclusive, cartões de crédito. Emenda de Plenário garantiu o adicional a aposentados para pagar seus cartões.

Vanessa propõe seguro-enchente para agricultores

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a aprovação de projeto dela que garante o seguro-enchente



para pequenos agricultores que perdem safra em razão das cheias. A senadora explicou que o seguro funcionaria nos moldes do seguro-defeso dos pescadores e do seguro-desemprego. Ela observou que, se já estivesse em vigor, poderia beneficiar agricultores de cidades do Amazonas que sofrem com as cheias. Segundo Vanessa, 20 mil famílias passam por situação difícil, tendo que recorrer a “marombas” (andares a mais, construídos à medida que o rio sobe) para continuar em suas casas.

A senadora também lamentou a situação enfrentada pelos professores no Paraná, reprimidos pela polícia ao protestarem contra projeto que modifica a previdência dos servidores estaduais.

Para Paim, proposta de terceirização “revoga a Lei Áurea”

Paulo Paim (PT-RS) classificou como “perverso” o texto da Lei das Terceirizações e comparou a proposta a uma “revogação da Lei Áurea”. O senador disse esperar um debate cuidadoso sobre o tema, advertindo que os terceirizados devem ter os mesmos direitos dos outros trabalhadores. Na opinião dele, o Senado não deverá acompanhar a posição “superconservadora” da Câmara sobre o texto.

— Podem ter certeza: como veio da Câmara, não passa. Ou fazemos uma mudança radical, ou rejeitamos de vez esse projeto perverso que quer retirar os direitos dos trabalhadores.

Paim também saudou a 6ª Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada nesta semana em Belém com o tema “Efetivação dos direitos da igualdade”. Ele disse que a terceirização foi discutida na conferência e a proposta, em sua opinião, foi “mercidamente crucificada” pelos debatedores.

Telmário defende ampliação da bolsa-permanência

Telmário Mota (PDT-RR) relatou em Plenário a audiência pública de ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Na audiência, foi debatido o Programa de Bolsa-Permanência, criado em 2013 para dar auxílio financeiro a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em instituições de ensino superior.

O debate teve presença de beneficiários da bolsa e representantes do Ministério da Educação e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O senador elogiou o programa, mas cobrou ajustes. Disse que muitos alunos têm reclamado de atrasos no pagamento da bolsa, o que pode gerar dificuldades para as famílias, que vivem com poucos recursos.

Ele defendeu a ampliação das bolsas também para a rede privada e pediu mais investimentos na estrutura das universidades, com a construção de alojamentos e restaurantes.

Polícia Federal terá permissão para investigar roubo a bancos

O Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2015 (ou PL 6.648/2013, na Casa de origem), que inclui entre as responsabilidades da Polícia Federal (PF) a de investigar roubo a bancos, sejam assaltos em agências bancárias ou ataques a caixas eletrônicos, quando esse tipo de crime envolver quadrilha e houver indícios de atuação interestadual. A proposta vai à sanção presidencial.

O texto original, do deputado Arnaldo Faria de Sá

(PTB-SP), previa mudanças na lei que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/1986). O substitutivo aprovado, porém, acabou por modificar artigo da Lei 10.446/2002, sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para incluir a PF.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), favorável ao projeto, foi apresentado em Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR).

Projetos para Lei da Arbitragem e trabalho doméstico ganham urgência

O Plenário do Senado aprovou ontem dois requerimentos de urgência de Eunício Oliveira (PMDB-CE) para projetos que tratam da Lei da Arbitragem e do trabalho doméstico.

O Senado voltará a analisar o projeto de lei que diz como a norma vai funcionar na prática e que interessa tanto aos trabalhadores quanto aos patrões. A proposta volta à Casa dois anos depois de o Congresso ter promulgado a Emenda Constitucional (EC) 72, que estabeleceu mais direitos para os empregados domésticos. A análise começará pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde Ana Amélia (PP-RS) será relatora.

Outro projeto, o PLS 406/2013, que trata da arbi-



Eunício intercedeu por urgência em dois projetos vindos da Câmara

tragem, método extrajudicial de solução de conflitos, foi enviado à Câmara em 2014. O texto é fruto do trabalho da comissão de juristas presidida pelo ministro do STJ Luis Felipe Salomão. O projeto amplia o campo de aplicação da arbitragem, estabelecida pela Lei 9.307/1996. Como a proposta é analisada em caráter conclusivo e recebeu emendas na Câmara, passará por nova análise do Senado.

Humberto elogia escolha de Delcídio para líder no Senado

Humberto Costa (PT-PE) saudou a inauguração da fábrica da montadora Jeep na cidade de Goiana, em Pernambuco. Segundo ele, trata-se da mais moderna planta industrial do grupo Fiat-Chrysler, que pode produzir cerca de 250 mil veículos por ano.

— Essa fábrica é um exemplo concreto de um compromisso com o desenvolvimento regional e o desenvolvimento social. A cidade de Goiana, que completará 175 anos no próximo dia 15 de maio, ganhou um grande presente antecipado, um presente que simboliza o progresso de Pernambuco e do Nordeste — afirmou.

O senador também elogiou a escolha de Delcídio do Amaral (PT-MS) para líder do governo no Senado. Para ele, Delcídio tem trânsito livre em todos os segmentos da Casa, inclusive com a oposição, e poderá cumprir com muita competência o papel de articular e manter unida a base do governo Dilma no Senado.

Fátima destaca fórum sobre educação no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) participou nesta semana do Fórum Estadual de Educação no Rio Grande do



Norte. A Secretária de Educação do estado apresentou o Plano Estadual de Educação, que será enviado à assembleia legislativa para análise.

A senadora disse que o fórum está em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), que fixa 24 de junho como data-limite para que cada estado apresente seu plano. Ela falou nos desafios do PNE:

— O desafio do combate ao analfabetismo, de ampliar o acesso à creche, de universalizar o ensino da pré-escola ao ensino médio, de avançar na reformulação do ensino médio.

Ela também parabenizou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que está convocando a sociedade a participar da formulação dos planos locais.

Senado aprovou, em decisão final, texto que permite também o credenciamento de leitos que funcionem sob responsabilidade de médico especialista em terapia intensiva

Gestor estadual poderá gerenciar leitos em UTIs

PROJETO APROVADO PELA Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem autoriza os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) no plano estadual a participar da organização dos serviços de terapia intensiva (UTIs), emergências, urgências e atendimento móvel de urgência (Samu). Com o objetivo de enfrentar a falta de leitos, os serviços deixariam de ser organizados isoladamente pelos municípios. Aprovada de forma terminativa, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.

De autoria do ex-senador Vital do Rêgo, o texto do PLS 233/2012 recebeu um substitutivo proposto pelo relator, Humberto Costa (PT-PE), que destacou a função dos gestores de “colaborar com os municípios” nas funções previstas. Além disso, incluiu os serviços de urgência e emergência e os de atendimento móvel de urgência (Samu), já que o texto original se referia apenas às UTIs.

Durante a votação, os parlamentares acataram emenda do ex-senador Paulo Davim que incluiu novo artigo no projeto, permitindo por tempo limitado de três anos o credenciamento de



Substitutivo apresentado por Humberto Costa foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

UTI que funcione sob a responsabilidade técnica de médico portador de título de especialista em medicina intensiva que não atue na própria unidade, a que o autor chamou de “UTI tutelada”.

A medida foi considerada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) uma “resolução criativa” para os municípios que não dispõem de médicos especia-

listas. Waldemir Moka (PMDB-MS) concordou:

— No interior é muito comum ter condições para a existência de uma UTI e a presença de médicos que, embora não sejam intensivistas, poderiam dar condições muito melhores de tratamento para o paciente, sempre sob a responsabilidade de um médico intensivista — declarou o senador.

Para Humberto Costa, é preciso ressaltar a importância dos serviços de UTIs, compostos por equipes multiprofissionais especializadas, dotadas de equipamentos caros e de manutenção dispendiosa. Ele destaca que “o paciente pobre ou de classe média que necessita de atendimento não consegue pagar o tratamento com recursos próprios”. O senador acrescentou que, “não sendo beneficiário de um plano de saúde, a única solução é recorrer aos serviços do SUS”. Mesmo as famílias ricas podem correr o risco de perder o patrimônio de “toda uma vida, caso um dos seus integrantes tenha que permanecer numa UTI por dias, meses ou anos”, lembra ainda.

Requerimentos

Também foram aprovados requerimentos para a realização de várias audiências públicas. Entre elas, uma sobre a avaliação do Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, criado em 2004, e seus avanços; e o debate sobre as condições e requisitos para a remoção de órgãos para transplante.

Texto obriga rede de saúde a exibir preços

Estabelecimentos de saúde — como hospitais, clínicas e consultórios — podem ser obrigados a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. A exigência está no Projeto de Lei do Senado (PLS) 92/2014, do ex-senador Jayme Campos, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde terá decisão terminativa.

Segundo o projeto, a tabela deve incluir preços de con-

sultas com médicos e outros profissionais, além de exames, custos administrativos e valores de todos os demais serviços oferecidos. Os preços precisam ser exibidos de forma clara e em local de fácil acesso. O estabelecimento que não atender a exigência cometerá infração sanitária e pode receber sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Para Jayme, quem não tem plano de saúde e recorre ao atendimento na rede privada é surpreendido com “contas absurdamente caras” após internações ou atendimento. Por

isso, argumentou, a exibição da lista é fundamental para que os usuários tenham fácil acesso aos preços dos procedimentos. “Trata-se de medida simples, mas necessária. Milhões de brasileiros serão beneficiados”, justifica.

A relatora na CAS, Ana Amélia (PP-RS), afirmou que a proposta está de acordo com o que preconiza o Código de Defesa do Consumidor, que estabelece como direito básico a informação adequada e clara sobre diferentes produtos e serviços, incluindo tributos incidentes e preços.

Projeto cria banco genético para localizar desaparecidos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que determina a coleta de informações genéticas de crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco cujas famílias não sejam conhecidas (PLS 250/2013). A medida objetiva criação de banco de dados que poderá ser consultado para identificar menores desaparecidos ou em situação de risco.

Dados de pais e parentes de desaparecidos também

deverão ser coletados. O senador acredita que o banco combaterá o desaparecimento de jovens. Ele lembra que isso está muitas vezes associado a diversas formas de violência.

Para o relator na comissão, Eduardo Amorim (PSC-SE), o banco também poderá auxiliar na identificação de jovens que, por motivo de ameaça de aliciadores ou de fuga dos parentes, procuram esconder a verdadeira identidade. O texto agora segue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Audiência aponta falta de investimento em ciência e tecnologia

Se o Brasil não aumentar e melhorar seus gastos em pesquisa e desenvolvimento científico, dificilmente vai se tornar uma economia avançada. Essa foi uma das constatações de audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre formação de recursos humanos para a área, ontem.

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Hernan Chaimovich, disse que o investimento público no Ciência sem Fronteiras é caso de sucesso, mas lembrou que nos últimos anos caiu drasticamente o investimento do setor privado em máquinas, equipamentos e material de construção, chamado de formação bruta de capital fixo.

— Há correlação direta entre investimento, pesquisa e desenvolvimento e

formação bruta de capital fixo — disse.

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, afirmou que, para chegar perto de países mais avançados, o Brasil deveria investir ao menos 2% do PIB em ciência e tecnologia. Hoje, o percentual é de 1,1%, quase sem participação privada.

— As nossas empresas, infeliz-

mente, não aplicam em ciência e tecnologia. Quase metade do 1,1% é principalmente de empresa pública.

Omar Aziz (PSD-AM) pediu que se invista mais em pesquisas que dão retorno prático. O senador lembrou que, depois de 12 anos, até hoje o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) não funciona regularmente por questões burocráticas e jurídicas.

Donizeti registra Festival da Juventude Rural

Donizete Nogueira (PT-TO) saudou os 5 mil jovens que estão participando, em Brasília, do 3º Festival da Juventude Rural, que tem como lema “Juventude na luta por terras, políticas públicas e sucessão rural na América Latina”. De acordo com o senador, serão discutidas as dificuldades enfrentadas no campo, como a falta de serviços públicos, educação e formação profissional.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

— Os jovens não podem ser obrigados a deixar o campo por falta de perspectiva. É nosso papel criar condições para que os jovens e suas famílias não tenham que se deslocar às cidades por falta de melhores perspectivas de vida. As políticas públicas para o jovem do campo precisam ser mais eficazes em garantir condições de renda e vida do que têm sido até o momento — afirmou.

Medeiros defende criação de polícia penitenciária

José Medeiros (PPS-MT) defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 308/2004, que está na Câmara. O texto reconhece o sistema prisional como integrante da segurança pública, criando as polícias penitenciárias federal e estadual.

O senador cobrou agilidade dos deputados, já que o projeto está parado há cinco anos na Câmara. Ele disse que os agentes carcerários, na



Edilson Rodrigues/Agência Senado

atividade diária, precisam ter apoio da polícia militar ou civil para fazer a segurança. Pela proposta, os próprios agentes seriam reconhecidos como polícia, liberando os policiais civis e militares.

Medeiros disse que há cerca de 70 mil agentes carcerários no país, que têm de lidar com bandidos e enfrentar o risco de rebeliões. Na visão dele, o sistema prisional brasileiro deve ser repensado.

Grupo encarregado de fazer a análise prévia da medida provisória acatou o parecer do relator, Paulo Rocha, que fez ajustes no texto original. Proposta terá de passar pelos Plenários da Câmara e do Senado

Comissão aprova MP que muda o seguro-desemprego

POR 12 VOTOS a 7, comissão mista de deputados e senadores aprovou ontem, com alterações, a medida provisória que muda regras para obtenção do seguro-desemprego. A polêmica MP faz parte do ajuste para equilibrar as contas do governo federal.

No texto aprovado (MP 665/2014), a carência para o primeiro pedido de seguro-desemprego é de 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão. No segundo pedido, essa carência cai para nove meses; e nos demais, para seis meses ininterruptos de trabalho.

O relator, Paulo Rocha (PT-PA), negociou esses novos prazos com o governo, que, no texto original, previa carência de 18 meses nos dois anos anteriores à demissão. O senador também alterou a medida provisória quanto ao abono salarial, que será pago ao empregado que comprovar vínculo formal de trabalho de no mínimo 90 dias, e não mais 180 dias, como queria o governo.

O valor do abono seguirá a mesma regra do 13º salário, ou seja, só será pago integralmente a quem trabalhar o ano inteiro. O trabalho por cinco meses, por exemplo, dará direito apenas a 5/12 do abono.

Quando ao seguro-defeso, que também faz parte da MP, Paulo Rocha baixou de três para um ano o prazo para a concessão da carteira de pescador artesanal. O benefício passa a ser concedido pela Previdência Social, e não mais pelo Ministério do Trabalho, o que, segundo o senador, dá ao benefício a condição de seguro especial.

— Com isso, corrigem-se distorções, porque haverá abatimentos em cadastros para tirar da categoria aqueles que não são pescadores — avaliou.

Ele alterou a primeira versão do relatório, apresentado no dia 14, para retirar do texto questões relativas a entidades dos pescadores e a tamanho de embarcação. Esses itens, disse, já fazem parte de legislações específicas.

Críticas

O senador afirmou que o texto final corrige as distorções que encareciam os gastos do governo e mantém os direitos dos trabalhadores.

— Estão mantidos o seguro-desemprego, o seguro-defeso e o abono salarial, apenas com ajustes — disse.

A oposição tentou obstruir a

votação do relatório. O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) disse que as alterações no seguro-desemprego se somam a outras ações do governo que penalizam o trabalhador.

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) manifestou a insatisfação com a aprovação da medida às vésperas do 1º de maio, Dia do Trabalho. Ele espera reverter a situação nos Plenários da Câmara e do Senado.

— Não vejo uma medida dessas contra o sistema financeiro ou contra poderosos do Brasil — criticou.

Integrantes da Força Sindical acompanharam a votação na comissão mista e levaram cartazes com a inscrição: “Dilma: não mexa nos nossos direitos”.

(Da Agência Câmara)

Frente suprapartidária leva a Renan propostas contra “agenda conservadora”

Parlamentares da Frente Progressista Suprapartidária, criada em contraposição à “agenda conservadora”, se reuniram ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para defender a rejeição pelo Senado de quatro propostas legislativas já aprovadas ou em debate na Câmara dos Deputados: o projeto da terceirização da mão de obra, a proposta que reduz a maioria penal, o Estatuto da Família e mudanças no Estatuto do Desarmamento.

Combater tais medidas, disse Lindbergh Farias (PT-RJ), é a prioridade da frente parlamentar, à qual aderiram até o momento 25 sena-

dores. Dizendo que espera a elevação desse número para 30, Lindbergh afirmou que não se trata de briga entre Senado e Câmara, mas de uma “inquietação” com a aprovação de projetos de perfil mais conservador:

— Nós, e também uma boa parcela da sociedade, estamos preocupados com a agenda conservadora e de retirada de direitos.

Lídice da Mata (PSB-BA) informou que a frente quer a aprovação de uma reforma política que possa ser aplicada nas eleições de 2016 e alternativas ao ajuste fiscal.

— [Queremos] Uma visão do Senado sobre a crise econômica e como sair dela.

Randolfe Rodrigues diz que terceirização coloca Brasil na escravidão do século 19

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o projeto que trata da terceirização pode impor aos trabalhadores uma jornada de trabalho extensa,



empresas esse tipo de relação de trabalho deve prevalecer, alertou o senador, que citou estudo mostrando que 80% das mortes no trabalho envolvem terceirizados.

baixos salários e alta rotatividade, além de colocar o Brasil no século 19, época em que havia trabalho escravo.

Por isso, nem na atividade-meio nem naquelas relacionadas à finalidade da

— É um projeto para remunerar mais o capital no Brasil, que já é muito bem remunerado. Busca fragilizar de vez as relações de capital e trabalho — afirmou.

Lídice da Mata propõe debate rigoroso para que se beneficiem os trabalhadores

Lídice da Mata (PSB-BA) recomendou um debate rigoroso sobre o projeto de terceirização para que a Casa aprove algo que realmente beneficie os trabalhadores.



direitos dos terceirizados não pode significar a redução dos direitos dos demais, para igualar todos numa situação inferior, precária.

Ela disse que essa situação precisa ser regularizada porque hoje eles são tratados como funcionários de segunda categoria. Lídice advertiu, no entanto, que garantir os

— Temos que assumir esse debate com a sociedade, os representantes dos trabalhadores, terceirizados e efetivos, para garantir direitos aos que hoje não têm, que são os terceirizados — afirmou.

Rose de Freitas pede responsabilidade e considera texto da Câmara inaceitável

Rose de Freitas (PMDB-ES) pediu responsabilidade na reflexão sobre o projeto das terceirizações, salientando que a matéria é controversa



sem limites” aprovada pela Câmara.

e merece debate equilibrado e profundo. Para ela, é necessário manter a segurança jurídica das relações de trabalho, o que torna inaceitável a proposta de “terceirização

— A hora é de aprofundar essa discussão, ouvir a sociedade organizada, todos os setores, de qualquer tendência política que seja, para que a gente, com bom senso, possa estabelecer o equilíbrio, o diálogo que nós temos que manter nesta Casa — disse a senadora.

Para Lasier Martins, projeto tem mais pontos negativos e cita especialistas

O projeto que trata da terceirização tem mais pontos negativos que positivos, afirmou Lasier Martins (PDT-RS). Ele afirmou que o Senado não



PUC-SP, “o que temos é um projeto que, ao invés de melhorar o padrão de trabalho, está nivelando para baixo, colocando em risco também os trabalhos formais”.

iniciativas que tragam prejuízos aos trabalhadores e citou especialistas.

O senador disse que, para Arnaldo Mazzei Nogueira, da

Além disso, para o advogado Luís Carlos Moro, “não vamos resolver os problemas trabalhistas, e sim acabar tendo uma enxurrada de ações”.

Senado não pode admitir agressão a direitos garantidos, afirma Ana Amélia

O Senado não pode admitir agressão a qualquer dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição, nem aceitar a existência de trabalhadores



vivido na Câmara.

num limbo legal. A afirmação é de Ana Amélia (PP-RS), ao referir-se ao projeto da terceirização. Ela disse que a matéria chega ao Senado no mesmo clima de tensão

— Precisa-se, sim, regulamentar a atividade dos terceirizados. O Brasil não pode ficar nesse vazio legal, comprometendo a segurança dos direitos daqueles 15 milhões de brasileiros e brasileiras que são hoje terceirizados. O que vamos discutir é o alcance da terceirização — afirmou.

Propostas para benefícios

	LEGISLAÇÃO ANTERIOR	MP 665	RELATÓRIO DA MP 665
SEGURO-DESEMPREGO	1º acesso	6 meses seguidos de trabalho para o 1º acesso	18 meses de trabalho (que não precisam ser ininterruptos) nos 24 meses anteriores à demissão
	2º acesso	—	12 meses de trabalho nos 16 meses anteriores à demissão
	Demais acessos	Pelo menos 6 meses trabalhados nos últimos 36 meses	6 meses ininterruptos de trabalho antes da demissão
	Carência	16 meses entre dois pedidos, segundo resolução do Codefat	Codefat irá definir carência entre dois pedidos
	Concessão do benefício	Pode ser condicionada à comprovação da matrícula e da frequência em curso de formação com carga horária mínima de 160 horas	Redação não alterada
ABONO SALARIAL	Concessão do benefício	Pago ao trabalhador de baixa renda que manteve vínculo formal por pelo menos 1 mês no ano anterior ao do pagamento	Pago ao empregado que comprovar vínculo formal de no mínimo 180 dias ininterruptos no ano anterior ao do pagamento
	Valor	1 salário mínimo	Proporcional (1/2 do salário mínimo para cada mês trabalhado)

Fonte: Agência Câmara

Parentes de 12 jovens mortos em confronto com a polícia militar em Salvador afirmam que vítimas sofreram tortura. Senado vai pedir informações sobre direitos humanos

Famílias apontam violência de PMs na Bahia

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) fez ontem audiência, solicitada pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Regina Sousa (PT-PI), com um grupo de parentes de 12 jovens assassinados por policiais militares em 6 de fevereiro no bairro da Cabula, periferia de Salvador.

Os jovens morreram durante operação da Polícia Militar da Bahia. A corporação alega que os fatos se deram em virtude de uma troca de tiros provocada pela resistência à abordagem e que parte das vítimas tinha passagem por roubo, tráfico de drogas, posse de explosivos e armas de alto calibre. Já os movimentos sociais e os parentes das vítimas negam a versão e alegam que todos os mortos eram inocentes e sem passagem pela polícia.

Uma das participantes da

audiência foi Ediele Santana, esposa de uma das vítimas. Bastante emocionada, fez relatos sobre abordagens truculentas por parte da PM.

— Meu marido foi morto porque saiu pra jogar bola. Eu vim, mas a mãe dele não conseguiu. Ele era trabalhador e cheio de sonhos — disse a viúva, acrescentando que há na região áreas usadas pela PM para a “desova” de pessoas assassinadas.

Segundo Ediele, exames feitos em algumas das vítimas mostraram sinais de tortura antes da execução, derrubando a hipótese de ter ocorrido troca de tiros. Ela criticou também o fato de a ação policial ter sido elogiada pelo governador, Rui Costa.

Carla Pinheiro, mãe de um dos jovens assassinados, destacou a brutalidade da polícia:



Parentes de vítimas da chacina da Cabula negam versão da PM de que troca de tiros e resistência causaram as mortes

— Ele estava indo para o trabalho. O laudo mostra que ele apanhou muito antes de tomar cinco tiros. Foi perversidade pura. Era meu único filho e minha dor nunca vai passar.

Regina Sousa, que presidiu

a reunião, acatou diversas sugestões apresentadas pelos parentes. Entre elas, buscar uma reunião do grupo com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), solicitar informações sobre os

programas de proteção a defensores dos direitos humanos e de testemunhas, requerer laudos necrológicos das vítimas da chacina da Cabula e produzir levantamento sobre outros casos envolvendo violência policial em Salvador.

Senadores vão investigar mortes de jovens no país

Foram lidas em Plenário ontem os nomes dos senadores que formarão a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o assassinato de jovens no Brasil. São eles: Paulo Paim (PT-RS), Ângela Portela (PT-RR), Telmário Mota (PDT-RR), Lindbergh Farias (PT-RJ), Simone Tebet (PMDB-MS), Roberto Rocha (PSB-MA), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Magno Malta (PR-ES) e Lídice da Mata (PSB-BA), autora do pedido de CPI.

Lídice anunciou a reunião de instalação da comissão já para a próxima semana.

— Essa CPI é importante no sentido de garantir a in-

vestigação dessa situação que aflige a população brasileira, aflige mães e pais de família que perdem os seus filhos diariamente nas periferias das grandes cidades. As principais vítimas e os principais autores de morte violenta no Brasil são jovens entre 16 e 27 anos de idade. Eu acho que se trata de uma agenda extremamente importante para a vida da juventude brasileira — afirmou.

Na justificativa do requerimento da CPI, a senadora citou pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que mostra que mais de 42 mil adolescentes, de 12 a 18 anos, poderão ser vítimas

de homicídio nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes entre os anos de 2013 e 2019. Isso significa que, para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos em 2012, 3,32 correm o risco de serem assassinadas antes de atingirem 19 anos de idade. A taxa representa um aumento de 17% em relação a 2011.

Na Câmara dos Deputados, uma CPI semelhante está em funcionamento há dois meses e os deputados já marcaram diligências no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo para apurar casos de violência contra jovens negros e pobres.

Grupo vai vistoriar obras de rodovia na Região Norte

O Plenário aprovou ontem a criação de uma comissão temporária externa para fazer diligência nas obras de restauração da BR-364, a fim de apurar a qualidade dos serviços executados sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A diligência da comissão,

composta por cinco senadores, está prevista para a próxima terça-feira.

Autor do requerimento que solicitou a criação do colegiado, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) alega que a péssima qualidade das obras de recuperação da BR-364, principal eixo de desenvolvimento dos estados de Rondônia e do

Acre, é assunto recorrente nas comissões técnicas do Senado desde 2012.

A constatação de trechos deteriorados da BR-364 a menos de um ano da restauração obriga a Casa a exercer suas prerrogativas com a criação da comissão, argumenta Gurgacz na justificativa do requerimento.

PEC que amplia responsáveis por segurança pública entra na pauta

Pode ser debatida e votada nos próximos dias a PEC que inclui na Constituição a segurança pública como uma das obrigações de competência comum entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios (PEC 33/2014).

Na sessão de terça-feira, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor da proposta, fez um apelo para que ela seja apreciada com celeridade.

— É o momento de a União assumir mais responsabilidades no enfrentamento da segurança pública. O que estamos propondo não gera impacto financeiro, mas gera responsabilidade na definição de políticas públicas que possam trazer mais segurança.

Havia a expectativa de que a discussão da PEC já fosse iniciada ontem, mas a Mesa decidiu não dar esse passo. Ronaldo Caiado (DEM-GO) também foi contrário a se iniciar de imediato a análise.

— Não há os subsídios e informações necessários para o debate de um tema tão

complexo como esse. Recebi do partido a solicitação para que isso fique para a próxima sessão, para buscarmos dados para o debate — disse o líder do DEM.

Por ser uma PEC, a proposição deverá passar por dois turnos de discussão e votação no Plenário. Para ser aprovada, deve receber votos favoráveis de três quintos do Senado.

Conteúdo

Pela PEC, a segurança pública passaria a figurar no artigo 23 da Constituição, que trata das competências comuns dos entes federativos. Também seria incluída no artigo 24, que fala dos temas sobre os quais tanto a União quanto os estados e o DF podem legislar.

Segundo Ferraço, a situação hoje cria dificuldades para os estados, que são responsáveis exclusivos pelo tema.

— São os estados que estão suportando a gestão e o financiamento da segurança pública e do sistema prisional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Regina Souza (D) leu relatório do PLS 46/2015, aprovado pela comissão, ao lado de Paulo Paim, que presidiu a sessão

Pessoa com deficiência pode ter cota nas universidades

Projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos prevê que pessoas com deficiência também tenham acesso a vagas em faculdades destinadas a quem cursou o ensino médio em escolas públicas

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que estende para as pessoas com deficiência a cota nas universidades reservadas para quem fez todo o ensino médio em escolas públicas (PLS 46/2015). O relatório aprovado foi elaborado pelo senador Davi

Alcolumbre (DEM-AP) e lido pela senadora Regina Sousa (PT-PI). Alcolumbre destacou no relatório o potencial de promover a integração social das pessoas com deficiência. — A mudança consiste na determinação, que é nova, de que as vagas reservadas nas universidades e institutos federais serão divididas não

apenas entre negros e indígenas, mas também entre as pessoas com deficiência, de acordo com a sua distribuição na população da unidade da Federação — frisou. A proposta só entrará em vigor no ano seguinte ao da transformação em lei. O projeto será analisado agora na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Benedito elogia escolha para pasta da Educação

Benedito de Lira (PP-AL) elogiou a escolha de Renato Janine para ministro da Educação. O professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) foi empossado pela presidente Dilma no início do mês. Para o senador, Janine tem o perfil adequado para garantir um salto na educação. — A escolha do Renato Janine para o comando do MEC parecer alimentar em todos nós a esperança de que, enfim, encontramos um caminho promissor para sanar e superar as incontáveis mazelas que hoje contaminam a educação brasileira — disse o senador. Para ele, a escolha do lema “Brasil, pátria educadora” é outro sinal da presidente de que a educação será “enfim prioridade”. — O lema provoca, estimula e compromete toda a nação com a tarefa de promover o ensino de alto padrão.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Bauer defende nova regra para abrir empresa individual

Paulo Bauer (PSDB-SC) informou que a Câmara aprovou ontem, em comissão, o projeto dele que modifica o Código Civil. O objetivo do texto (PLS 96/2012), disse, é aperfeiçoar a legislação da empresa individual de responsabilidade limitada. Segundo Bauer, a meta é acabar com a exigência de capital mínimo para a formação da empresa individual — que, pela lei em vigor, é de pelo menos 100 salários mínimos. Para o senador, a medida pode beneficiar milhões de pessoas. — Como que alguém que trabalha como garçom ou cozinheira pode colocar todo esse dinheiro numa conta bancária para provar para o governo que tem condições de fazer o seu negócio prosperar? Bauer disse que esse tipo de negócio foi criado para permitir que pequenos empresários deixem a informalidade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Alto custo da energia prejudica economia do Acre, afirma Viana

Jorge Viana (PT-AC) reclamou do alto custo da energia paga pelos consumidores do Acre e da situação de insegurança energética vivida no estado. Segundo ele, os problemas penalizam a população de baixa renda e os empresários deixam de investir em novos negócios. Para o senador, não faz sentido os moradores do Acre pagarem tão caro por uma energia num estado rico em recursos naturais e fornecedor da região centro-sul do país: — Usam-se as nossas bacias hidrográficas para gerar energia em Jirau e Santo Antônio. Não faz sentido o industrial e o comerciante receberem energia tão cara — afirmou. Segundo Viana, algumas regiões, como Xapuri, Brasília e Epitaciolândia, sofrem com problema de fornecimento, o que prejudica o setor agropecuário.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cintra cita abertura de polo automotivo em Pernambuco

Douglas Cintra (PTB-PE) citou a inauguração, na terça, do polo automotivo da montadora Jeep em Goiana (PE), com a presença da presidente Dilma Rousseff e do ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro. Segundo Cintra, o empreendimento envolve investimento de R\$ 10 bilhões e geração de 8 mil empregos, com qualificação de engenheiros e técnicos, que tiveram acesso a treinamento até mesmo no exterior. A capacidade de produção é de 250 mil veículos por ano. — Esse projeto foi uma resposta para aqueles que manifestavam sempre certo ceticismo sobre o potencial industrial do Nordeste — disse. Cintra informou ainda que o governo já pode licitar o trecho sul do Arco Metropolitano do Recife e que o trecho norte pode constar de concessões a serem anunciadas em maio.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vanessa acredita na recuperação da Petrobras

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a Petrobras e disse que a companhia tem condições de sair da situação difícil em que se encontra. Para ela, a empresa está “ferida, mas não acabada”, como, a seu ver, sugerem alguns políticos e partidos que se aproveitam para voltar a defender a ideia de privatização. A senadora defendeu a punição de diretores corruptos e disse que o problema da corrupção não está no decreto que flexibilizou as licitações na empresa nem no sistema de partilha. — É claro que os problemas são gravíssimos. Mas a corrupção não está no sistema de partilha nem no decreto que flexibilizou a Lei de Licitações. A questão é de gerenciamento, como disse o presidente [Aldemir Bendine] ontem em audiência pública — afirmou, acrescentando que viu na nova diretoria “boa vontade, empenho e competência” para fazer o resgate da empresa.

Alunos cobram calendário para pagamento de auxílio pelo MEC

Os estudantes universitários que possuem o benefício do Programa de Bolsa Permanência, pago pelo governo federal, podem esperar mais um pouco para receber o dinheiro. Além do atraso, os alunos reclamaram da falta de um calendário que lhes desse mais segurança. Em audiência promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem, o coordenador-geral de Relações Estudantis da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Thulio Dantas, disse que a falta de recursos dificulta a fixação de uma data para o pagamento da bolsa. Ele disse que o MEC só considera atraso se o pagamento demorar mais de um mês, o que não vem ocorrendo. O que há, segundo ele, são variações nas datas. — É preciso haver disponibilidade financeira para o FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] fazer o pagamento. E nem sempre podemos garantir isso numa data específica — disse.

O programa foi criado em 2013 para dar auxílio financeiro a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em instituições do ensino superior. Em março de 2015, foram pagos 13 mil benefícios. O senador Telmário Mota (PDT-RR) presidiu o debate e elogiou o programa, mas fez uma ressalva: — Quando se cria um programa desses, há um fim social enorme e a expectativa por parte do beneficiado. Essas pessoas não têm outra fonte a não ser essa. Mesmo um atraso de dias significa desequilíbrio financeiro em suas vidas — alertou. O aluno indígena Avaniilson Karajá pediu um aumento do valor da bolsa, que pode chegar hoje a R\$ 900, e a variação conforme as cidades, já que há lugares com custo mais alto. — Em Brasília, por exemplo, o custo de vida é muito maior, e o estudante não tem como sobreviver com esse valor — afirmou.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Telmário (2º à esq.), ao lado do integrante do MEC Thulio Dantas, no debate

Antonio Carlos Rodrigues, dos Transportes, afirmou que ainda não sabe quando os R\$13,6 bilhões previstos para 2015 serão liberados para a retomada dos investimentos

Ministro: obras estão paradas por falta de caixa

AS OBRAS DA rodovia BR-153 no trecho entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO) estão paralisadas. Envolvida nas investigações da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal (PF), a construtora Galvão Engenharia ainda não teve acesso a cerca de R\$ 400 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sem esse empréstimo inicial, a empresa demitiu aproximadamente 400 trabalhadores. A situação da rodovia se repete em outras regiões do país. Por falta de repasse do Ministério dos Transportes, outros investimentos em infraestrutura também estão atrasados ou paralisados. Esse quadro foi discutido ontem em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, disse que a interrupção das obras ocorreu em meio ao impacto do ajuste fiscal e outros fatos, como a demora na aprovação do Orçamento da União de 2015 e as consequências da Operação Lava-Jato, em que várias empreiteiras entraram com pedido de recuperação judicial. Ele espera que R\$ 13,6 bilhões sejam liberados este ano, para dar continuidade aos projetos.

— Pararam, sim [as obras]. Não tenho cortina de fumaça. Não posso esconder o que está acontecendo no ministério. Nunca esperei chegar ao início

de maio sem saber o que o ministério tem de recursos. Estou acabando de pagar dezembro e iniciando janeiro — admitiu Rodrigues.

Outras obras podem ter o mesmo destino se o dinheiro não entrar logo em caixa. O ministro relatou que tem recebido ligações e visitas de empreiteiros cobrando os pagamentos e ameaçando paralisar os empreendimentos. Segundo ele, os recursos liberados são insuficientes para quitar todos os compromissos.

— Enquanto não souber quanto tenho no meu caixa, eu não tenho nem como programar o pagamento das empresas — afirmou.

Rodrigues disse estar atuando mais como “bombeiro” do que como ministro.

Senadores elogiaram a postura dele em admitir os problemas, mas criticaram o governo pela não liberação de recursos. O presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem, senador Wellington Fagundes (PR-MT), que solicitou a audiência, disse que a área econômica precisa priorizar os investimentos para não prejudicar o escoamento da produção e aumentar os acidentes. Para Blairo Maggi (PR-MT), o ministro da Fazenda “erra a mão” na forma como conduz o ajuste fiscal.

— Não pagar os fornecedores que fizeram o serviço tem nome: calote — afirmou.



Durante audiência presidida por Garibaldi (3º à esq.), Rodrigues (ao microfone) avalia dificuldades no setor de transportes

Rodrigues diz que governo ainda estuda novas concessões

Apesar da dificuldade na liberação de recursos para o setor, o ministro dos Transportes destacou, na reunião presidida por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), os elevados investimentos da pasta, que saltaram de R\$ 1,7 bilhão em 2003 para R\$ 18,8 bilhões em 2014. As rodovias receberam 55,2% do total. O restante foi dividido entre Marinha Mercante (26,4%), ferrovias (14,5%), hidrovias (0,8%) e outros (3,1%).

O ministro Antonio Carlos Rodrigues detalhou a distribuição dos R\$ 13,6 bilhões previstos para 2015. Do total, R\$ 5,8 bilhões irão para

manutenção de rodovias, R\$ 3,9 bilhões para construção, R\$ 2,2 bilhões para ferrovias, R\$ 100 milhões para obras aquaviárias e R\$ 1,6 bilhão para concessões, estudos e projetos.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, Hélio José (PSD-DF) elogiou o aumento de investimentos em ferrovias na última década, mas lamentou o fraco desempenho em hidrovias.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) perguntou se o governo retomaria o modelo de concessões adotado na gestão de Fernando Henrique Cardoso, criticado pelos petistas.

— O que foi bom no passado pode ser feito agora. Estamos estudando — respondeu o ministro.

A pergunta foi motivada pela expectativa do pacote com novas concessões de rodovias, no valor estimado de R\$ 5 bilhões em 2015, a ser anunciado pela presidente Dilma Rousseff nos próximos dias. Esse montante poderá chegar a R\$ 20 bilhões nos próximos anos. O modelo, segundo informações da imprensa, estaria decidido e seria o de outorga onerosa, o mesmo usado na gestão FHC. Outros senadores relataram problemas em obras de infraestrutura em seus estados.

Avança texto que dá estímulo fiscal no setor de saneamento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que busca estimular os prestadores de serviços de saneamento básico a aumentarem o volume de investimentos no setor, por meio de incentivos fiscais. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 95/2015 cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb).

A iniciativa concede desconto de créditos do valor apurado a título de contribuição para o PIS-Pasep e a Cofins incidentes sobre o investimento constante de projeto de saneamento aprovado pelo Ministério das Cidades.

Pelo texto de José Serra (PSDB-SP), podem ser aprovados projetos coerentes com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e que representem um adicional sobre o valor médio investido no período de 2010 a 2014, como regularização urbanística e fundiária; limpeza, despoluição e canalização de



Relator, Moka afirma que a cada R\$ 1 investido, saúde teria economia de R\$ 5

córregos; preservação de áreas de mananciais e unidades de conservação; esgotamento sanitário em áreas de baixa renda; e redução de perdas nos sistemas de abastecimento.

O projeto determina que o Reisb pode ser acumulado com o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), ficando a adesão da pessoa beneficiária condicionada a sua regularidade perante a Receita Federal. Também

estabelece que o benefício gerado pelo Reisb poderá ser usufruído com relação aos investimentos realizados num período de cinco anos contados a partir da habilitação da pessoa jurídica, podendo ser renovado posteriormente, desde que obedeça às mesmas exigências anteriores.

Segundo Serra, o Brasil apresenta um grave quadro de carência de saneamento, com investimentos insuficientes para se alcançar a meta de

universalização estabelecida para 2033, constante do Plansab. Além disso, o setor foi prejudicado pela mudança no sistema de cálculo do PIS-Pasep e da Cofins ocorrida entre 2002 e 2003, que passou de um regime cumulativo para um não cumulativo.

Essa mudança foi acompanhada de um aumento das alíquotas, como forma de preservar a arrecadação. Ocorre que o principal insumo do setor é a água, sobre a qual não incidem contribuições por se tratar de uma outorga de recurso natural. Assim, o aumento de alíquotas não foi compensado pelo acúmulo de créditos na cadeia produtiva, o que resultou em aumento da carga tributária, e a proposta busca reverter esse processo.

O relator na CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), mostrou-se um entusiasta do projeto e argumentou que, mesmo havendo alguma queda na arrecadação inicialmente, o retorno será superior.

— A cada R\$ 1 investido

em saneamento, são R\$ 4 ou R\$ 5 economizados na saúde — observou.

Ele citou no relatório um estudo de 2010 da Fundação Getúlio Vargas que aponta as melhorias previstas com a universalização do saneamento básico: redução de 25% no número de internações e de 65% na mortalidade decorrentes de infecções gastrointestinais; diferença de 30% no aproveitamento escolar entre crianças; economia de R\$ 42 milhões ao ano apenas com as internações que seriam evitadas, não se computando nesse valor as economias decorrentes da redução de aquisição de medicamentos e das despesas para ir e retornar à consulta médica; entre outros.

A matéria suscitou dúvidas em Lúcia Vânia (PSDB-GO), que desejava ouvir empresas de saneamento e o Ministério das Cidades, mas os detalhes e as emendas serão discutidos ou apresentados na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde a decisão é terminativa.